



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Instalação	REUNIÃO Nº: 2383/15	DATA: 11/11/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 15h42min	PÁGINAS: 19
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Instalação da Comissão e eleição do Presidente.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação e eleição do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos — CPI - FUNAI e INCRA.

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.

Para conhecimento de V.Exas., passo a ler o ato da Presidência que constitui esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ato da Presidência.

Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição de CPI nº 16, de 2015, do Sr. Alceu Moreira e outros, esta Presidência constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 dias, investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos, e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 11 de novembro, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 11 do Anexo II.

Brasília, 04 de novembro

Eduardo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.



Processo eleitoral.

Dando início ao processo eleitoral, esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos: a eleição do Presidente desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 14 Deputados —, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à presente situação.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes, e, num eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples de votos dentre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º do art. 183 do Regimento.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua a votação.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registrada, em face de acordo partidário, a seguinte candidatura, que será submetida a voto dos membros desta Comissão: Para Presidente, o Deputado Alceu Moreira, PMDB, Rio Grande do Sul. Foi a única inscrição.

Antes de dar início ao processo de votação, peço a atenção dos Srs. Deputados para os esclarecimentos de algumas regras importantes no processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabine localizada ao fundo do plenário. O Parlamentar deverá digitar o código de sua carteira parlamentar, com três dígitos, no teclado virtual do monitor da urna; em seguida, deverá posicionar a sua digital no leitor biométrico que se encontra ao lado do monitor. Nesse momento, aparecerão na tela as opções de voto, para que faça sua escolha. Se desejar corrigir, toque na opção “corrige” e o sistema retornará à tela anterior.

Está aberta a votação.

Os Srs. Deputados poderão se dirigir à cabine, para iniciar a votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, permite-me um diálogo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Tenho a honra de ter sido indicado, juntamente com o Deputado Glauber Rocha, para representar o PSOL nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Muito bem! Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Espero contribuir. Espero que o espírito aqui seja em favor do fortalecimento da FUNAI.

Eu já disse para o Deputado Alceu Moreira que ele que se cuide, porque os caiapós estão aí. *(Risos.)* Pescocinho bonito esse!

Mas eu espero que realmente criemos um clima aqui.

A FUNAI é um órgão importante, acho que todos concordamos com isso. É claro que a FUNAI tem sofrido reveses ao longo de muitos e muitos anos. Em momentos de crise, tudo vira desculpa para colocar em segundo plano a política indigenista. No ano passado, realmente, a redução do orçamento foi brutal, o que é inadmissível. O meu espírito é de contribuir para ver a solução dos problemas, ou seja, ver a ferida, diagnosticar a causa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - E dar o remédio.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...e contribuir para curar a ferida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ontem, eu conversei com um Deputado, que não é de esquerda, e ele disse: *“Edmilson, eu conversei com um indígena ali e me sensibilizei. Aí, ele estava até dizendo: ‘Poxa, precisamos agilizar a PEC 71 aqui, rapaz, e deixar de lado a PEC 215.’”*

Eu fiquei feliz com a declaração dele, porque a nossa participação na PEC 215 era muito nesse sentido: de evoluir para reconhecer que o proprietário, às vezes, foi induzido a ocupar uma terra indígena, o Estado errou. Então, o Estado tem de reconhecer o erro e pagar pela terra que ele legitimou.

O relatório — todos sabem a minha opinião —, acho que extrapolou essa ideia e acabou criando muitos problemas, o que vai acabar dificultando mesmo o avanço da PEC 215. Mas eu acho que o debate está aberto.



Eu queria dizer a V.Exa. que é uma honra tê-lo na Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ..., principalmente hoje, que tomou um suco de maracujá com açúcar e não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Sem açúcar. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...de frutas cítricas, ácidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Um abraço. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Outro.

Membros da Comissão: Alceu Moreira, Dilceu Sperafico, João Marcelo Souza, Jovair Arantes, Laercio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Mandetta — DEM, Nelson Marquezelli, Newton Cardoso Jr, Professor Victório Galli, Irajá Abreu, Luiz Nishimori, Marcos Montes, Valtenir Pereira, Arnaldo Jordy, Domingos Sávio, Janete Capiberibe, Nilson Leitão, Shéridan, Tereza Cristina, Abel Mesquita Jr., Edmilson Rodrigues.

Suplentes: Alberto Filho, Josué Bengtson, Sergio Souza, Valdir Colatto, Beto Salame, Evandro Roman, Heuler Cruvinel, Adilton Sachetti, Heitor Schuch, Roberto Góes, Glauber Braga.

Partidos que ainda têm vaga: uma vaga do PRB, duas vagas do PP, uma vaga do DEM, uma vaga do PSC, uma vaga do PTN, uma vaga do SD, três vagas do PT, duas vagas do PR, três vagas do PSDB e uma do PPS.

São as vagas abertas ainda para preenchimento.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - A votação é lá no final, lá na cabine. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Passemos à apuração dos votos no painel eletrônico.

Vou declarar o resultado da votação.

Para Presidente, Deputado Alceu Moreira, com 19 votos.

Branco: 1 voto.

Total: 20 votos.



Declaro eleito, para o cargo de Presidente, o Deputado Alceu Moreira.
(Palmas.)

Declaro empossado o Deputado Alceu Moreira.

Convido o Deputado Alceu Moreira, eleito Presidente, para assumir a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos.

Eu queria fazer um agradecimento especialíssimo ao Deputado Nelson Marquezelli, que presidiu esta reunião durante o ato de eleição para a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria agradecer a todos os Parlamentares que nos deram a honra do seu voto de confiança para presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço a todas as pessoas que se fazem presentes neste ato; agradeço aos demais companheiros que vieram aqui, mesmo não sendo nem titulares nem suplentes — estão aqui na condição de testemunhas e para nos dar apoio. Agradeço a todos.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para alguns esclarecimentos sobre a CPI, já que nós vamos ler agora o que será um acordo de procedimentos. Isso é importantíssimo, porque, embora não se sobreponha nem ao Regimento da Casa, nem à Constituição Federal, será um tratado de regra entre nós, para sabermos como serão guiados os nossos atos durante o decorrer da CPI.

Informo aos Parlamentares que a próxima reunião será destinada à eleição dos Vice-Presidentes e à deliberação de requerimentos. Os requerimentos poderão ser apresentados na Secretaria, na Casa, na Sala 165, a partir de amanhã, às 9 horas.

Lembro que todos os requerimentos terão o crivo e a análise da Presidência, mas, sem sombra de dúvidas, terão a ordem de apresentação como um dos pressupostos básicos para a sua análise posterior. Os requerimentos poderão ser apresentados no Anexo II, Sala 165-B, a partir das 9 horas.

Propostas.

1. O painel de presença e a lista de inscrição dos Deputados interessados em interpelar convidados e convocados serão abertos 30 minutos antes do início da reunião;



2. As reuniões serão agendadas preferencialmente para as terças-feiras às 14h e quintas-feiras, às 9h30min;
3. A lista de inscrição dos Deputados interessados em interpelar pessoas convocadas será encerrada no início da fala do primeiro convocado;
4. Todos os requerimentos devem ser fundamentados e devem limitar-se ao objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Os requerimentos apresentados sem esses requisitos terão declarada sua prejudicialidade de ofício pela Presidência da CPI e serão devolvidos aos respectivos autores;
5. Os requerimentos deverão ser encaminhados até o dia anterior à data das reuniões à Secretaria da Comissão para serem numerados e publicados na ordem do dia;
6. Os requerimentos para oitiva de pessoas devem informar o motivo da convocação, além de conter justificativa fundamentada. Os convocados devem ser qualificados como testemunhas ou investigados. Para tomada de depoimento de autoridades, o requerimento deve também conter justificativa suficiente;
7. Os requerimentos que tratem de transferência de sigilo, quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados deverão conter informações para identificação inequívoca da pessoa, o período a ser analisado e a fundamentação para a obtenção dessas informações;
8. Os requerimentos que tratem de busca e apreensão de documentos deverão conter fundamentação e informações inequívocas sobre o objeto da busca;
9. Os requerimentos de requisição de documentos deverão solicitar o envio dos dados em meio eletrônico;
10. Nos requerimentos para realização de audiências públicas externas, o autor deve solicitar também a realização de diligências;
11. A apreciação de requerimentos extrapauta só será possível quando antecipada de votação nominal de outro requerimento formulado por um terço dos membros da CPI, solicitando tal procedimento. (art. 52, § 5º e art. 186, I, do Regimento Interno);
12. Durante a tomada de depoimento de convocado poderão usar da palavra o convocado, por até 20 minutos; o Relator, por 30 minutos; o autor do



requerimento, por 5 minutos; os membros da Comissão e demais Parlamentares, por 3 minutos. Os Líderes falarão pelo tempo regimental;

13. A vista dos documentos do processo, depois de autorizada pelo Presidente, será concedida durante o expediente ordinário da Câmara dos Deputados;

14. O acesso aos documentos classificados como ostensivos será franqueado na página da CPI, no sítio da Câmara dos Deputados ou, quando ainda não processados regularmente, na Secretaria da CPI. Quanto aos classificados como sigilosos, estes serão disponibilizados na sala de consulta da Secretaria da CPI, exclusivamente aos membros da Comissão, não podendo ser copiados ou reproduzidos por qualquer meio sem prévia permissão.

15. A correspondência oficial da Comissão é atribuição exclusiva da Presidência. Os Parlamentares que desejarem estabelecer comunicação oficial protocolar com órgãos externos à CPI deverão dirigir a solicitação por meio da Secretaria da Comissão.

Peço, ainda, aos nobres Pares que se inscreverem para falar que declinem os seus nomes para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Antes de franquear a palavra aos senhores membros, lembro que a próxima reunião será destinada à definição dos Vice-Presidentes e deliberação de requerimentos.

Quero ainda fazer a seguinte comunicação...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente Alceu, teria como disponibilizar esse material? Quiçá ele pudesse ser enriquecido e aperfeiçoado.

Queria parabenizá-lo pela iniciativa. É bom ter procedimentos que nos deem segurança, mas, com uma leitura breve, é difícil ter uma visão mais global e quiçá propor uma melhoria, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Edmilson Rodrigues, será esse acordo encaminhado a todos os gabinetes e votado na sessão seguinte.

Todos os gabinetes terão conhecimento do conteúdo total e poderão os Parlamentares fazer as alterações propostas, desde que, claro, votado pela maioria dos membros.



Antes de franquear a palavra aos Parlamentares, queria dizer o seguinte: a Comissão Parlamentar de Inquérito é uma ferramenta, um instrumento com grande eficácia para o Parlamento. Ela não pode ser utilizada para qualquer ato autoritário ou para cumprir caprichos particulares de quem quer que seja.

Portanto, a comunidade indígena pode ficar absolutamente tranquila e sossegada, pois ninguém nesta Comissão votará contra os interesses da comunidade indígena. Esta Comissão se destina a investigar órgãos que deveriam prestar serviços ou prestam serviço à comunidade indígena e aos quilombolas. O fundamento é a FUNAI e o INCRA.

Esta Comissão, além de aprofundar, com absoluta seriedade, utilizando-se dos quadros técnicos da Câmara e da assessoria desejada para participar do processo, com absoluta qualificação e responsabilidade, vai fazer todo o trabalho investigatório que terá que fazer. Aqui, nesta Comissão, não haverá nenhuma possibilidade de fazer qualquer tipo de acordo que ultrapasse o interesse público — nenhuma. Nós investigaremos profundamente tudo o que tiver que ser investigado. Mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em virtude do colegiado, do contingente de pessoas qualificadas e responsáveis pelo debate deste tema e da responsabilidade dos Parlamentares, não pode se dar ao luxo de só fazer inquérito para descobrir possíveis irregularidades acontecidas ao longo do tempo.

Então, ao final desta Comissão, no relatório, o Relator, ou alguém de nós, terá que tirar desta Comissão uma proposta clara de política pública que dê dignidade aos índios e negros. Ao final desta Comissão, nós teremos uma proposta de política pública, sem sombra de dúvida, para os índios nos mais diversos estágios. Os que querem o isolamento, os aculturados e os em aculturação serão ouvidos com absoluta tranquilidade, para que possam expressar suas vontades de maneira livre e soberana. Estarão, sem sombra de dúvida, tanto os negros quanto os índios em condição de serem ouvidos nos mais diversos recantos deste País, vindo ao fórum específico desta Comissão, e então, por necessidade atribuída e votada pela maioria dos membros, se reunirão em qualquer canto deste País para discutir este tema, que é de grande soberania. Nós estaremos em todos os cantos do País, podem ter certeza disso!

Quero utilizar ainda com os Parlamentares...



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu já lhe dou a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, é só uma observação. Negros, índios e assentados também, porque nós estamos aqui investigando o INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sem sombra de dúvida. Eu esqueci. A todos os assentados, sem sombra de dúvida.

Quero ainda dizer a V.Exas. que uma das experiências ricas que tive nesta Casa, quando estava fazendo a relatoria do acesso ao patrimônio genético nacional, foi com um instrumento, que não está disponível na Casa, que eram as oficinas técnicas. Em muitos momentos, nós vamos pedir aos Srs. Parlamentares para, nos intervalos das audiências que nós teremos aqui, fazer oficinas técnicas que vão trabalhar termos técnicos, fazer textos de consenso com pessoas especializadas no tema quando se tratar da questão da condição indígena. Certamente teremos oficinas técnicas que oferecerão ao debate um tema que pode aprofundar-se tecnicamente no processo, para que se consiga o máximo de consenso, sem a obrigação de consegui-lo, baseado em fatos reais e no profundo conhecimento do tema.

Para qualquer dos atos, podemos ter oficinas técnicas intermediárias como forma de assessoria qualificada, para que os Deputados não tenham que ficar nesta Comissão, como líderes que são, fazendo seu argumento vencedor a qualquer custo, mesmo que ele não represente a verdade, e seja apenas sua razão. Desta Comissão tem que sair a média entre o café amargo e o açúcar doce. Precisamos encontrar um meio-termo, a verdade sobre o processo, e dar aos nossos irmãos de qualquer canto uma legislação capaz de lhes dar conforto, legalidade e segurança jurídica.

Esse instrumento não será de vindita nem de cobrança. Aqui, ninguém vai conseguir ser palanque eleitoral. Nós certamente serviremos de servidores públicos, como Deputados que somos, como Parlamentares que somos, para fazer a construção daquilo que está errado, para poder trabalhar com o Ministério Público e entregar, com dados, textos e números qualificados e corretos, o que está errado até agora. E, daqui para a frente, poder dar ao País uma política pública que dê tranquilidade para que todos os irmãos de qualquer lugar deste País, de qualquer



cor e de qualquer raça possam viver com tranquilidade, com dignidade, com terra para todos.

Uso ao final uma palavra que ouvi numa reunião em Mato Grosso: *“Onde há justiça, há terra para todos. Este País terá terra para todos e justiça para todos”*. E esta Comissão não se afastará um só milímetro disso.

A palavra está à disposição dos Srs. Parlamentares. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, por inscrição, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prezado amigo Deputado Alceu Moreira, colegas Parlamentares, cidadãos e cidadãs que também acompanham a instalação desta importante Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação das terras indígenas e de remanescentes quilombolas e naturalmente para buscar cumprir o seu papel não apenas de promover o inquérito investigativo mas também de propor soluções, como muito bem disse o Presidente, que assegurem dignidade, que assegurem um tratamento respeitoso humanitário, de promoção humana, de valorização da vida para indígenas, para negros, para assentados, e que contribuam para a paz no campo, combatendo também, é claro, de forma firme aqueles que se valem do poder que lhes é delegado para cometer ilícitos. Não há possibilidade de paz onde há injustiça e muito menos onde há abusos de poder, onde há crime.

Portanto, eu não tenho dúvida de que todos aqueles que querem um tratamento digno, humanitário e respeitoso para indígenas, para quilombolas, para assentados têm razão para estar com uma expectativa e com otimismo para com essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu estou. Eu estou otimista.

Agora, aqueles que se envolvem com o crime, com abuso de poder, aqueles que fazem apologia à injustiça, aqueles que confiam na impunidade, com certeza, não devem ter razão para ver com entusiasmo a instalação desta CPI e jamais acreditariam que qualquer um de nós pudesse intimidar-se. Devemos exercê-la com serenidade, com espírito de justiça, tendo como foco fazer o bem, tendo como foco o



respeito ao indígena, aos negros, aos assentados, mas norteados pela posição que o Presidente acaba de enaltecer, a da justiça, a da verdade e a da imparcialidade, na medida em que somos investidos, neste processo, da condição de exercer o papel investigativo próprio de polícia — por que não dizer — e também o papel de magistrado, o de julgar e votar as conclusões a respeito do que vamos investigar e do que vamos apurar. Mas sempre buscando o bem.

Agora, não se faz o bem sem punir o mal. Não se faz o bem sem punir o mal! Portanto, eu tenho não só esperança, mas vou me esforçar muito para que amanhã a gente não venha a escutar aquela história de que tudo termina em *pizza*. Aqui, não! Espero que aqui não haja espaço para casuísmo, não haja espaço para acomodação e muito menos para intimidações. Espero que nós possamos fazer uma profunda investigação, para fazer o bem para as populações indígenas, para os quilombolas, mas com justiça, combatendo os usurpadores, os que se valem do abuso de poder para se perpetuarem na impunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Conte com o nosso esforço nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço perdão aos Srs. Parlamentares, porque, no caso do Deputado Domingos Sávio, no início da sua fala, não foram marcados os 3 minutos. O tempo é de 3 minutos.

Com a palavra, por 3 minutos, o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero parabenizar o Deputado Alceu Moreira e também dizer do desafio que V.Exa. tem pela frente para conduzir a discussão de um tema tão importante, que é a questão indígena no Brasil. Com certeza, esta Casa cresce no momento em que puxa para si a responsabilidade de buscar soluções para um tema tão importante como a questão indígena no Brasil. Não é sem tempo que o Congresso Nacional, começando aqui pela Câmara dos Deputados, teria que se aprofundar, buscando as verdades e as inverdades dentro da questão da FUNAI, do INCRA, dos índios, dos quilombolas, dos sem-terra, para que a gente possa, de uma vez por todas, entregar ao Brasil a verdade daqueles que têm a verdade e a mentira daqueles que estão usando esses temas para discurso ideológico, político, seja lá qual a intenção.



Mas a verdade, Sr. Presidente, é que nós temos que levar à sociedade brasileira a transparência desse processo da questão indígena, da questão quilombola e a dos sem-terra, que é disso que o Brasil precisa. Nós temos que dar segurança jurídica para o Brasil, nós temos que resolver as questões fundiárias do Brasil e nós precisamos realmente começar esse processo para dar essa garantia ao povo brasileiro. Tenho certeza de que esta Comissão vai trabalhar forte e, como V.Exa. colocou, ela trará os problemas, mas também as soluções. Acho que é isso que temos que buscar. E espero que, no final, não seja só um relatório, mas também contenha propostas legislativas necessárias para que, de uma vez por todas, possamos regulamentar esse processo e atender aos indígenas, que realmente são aqueles que têm que ser atendidos.

Nós vamos ouvir todos os lados: aqueles que são protegidos pela FUNAI e aqueles que são perseguidos e usados pela FUNAI. Nós sabemos que há os dois lados na questão dos indígenas. Também, na questão dos assentamentos do INCRA, nós temos que saber por que o Brasil ainda não titulou aqueles que foram assentados, que são 1 milhão de famílias, com 90 milhões de hectares, cujas terras estão nas mãos do Governo e não nas mãos dos assentados, que, há mais de 10 anos, aguardam esses títulos. A Lei nº 13.001, que nós aprovamos nesta Casa, determina que assim faça.

Então, Sr. Presidente, acho que é um desafio para todos. Nós vamos estar aqui presentes buscando soluções, fazendo encaminhamentos, e esperamos que realmente os indígenas do Brasil, os quilombolas e os assentados da reforma agrária possam ser os grandes beneficiados com esta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero cumprimentar o Deputado Alceu Moreira, que acaba de ser eleito Presidente desta CPI. Acho isso extremamente importante, Deputado. E, diferentemente do que muitas pessoas pensam com relação à questão indígena, ao quilombola, ou mesmo até aos próprios assentamentos, como o Deputado Arnaldo



Jordy colocou aqui, todo o nosso interesse é o de ajudar essas comunidades. Já trabalhamos muito nessa direção e, por isso, nós vamos continuar.

Inclusive, o Deputado Valdir Colatto tem 89 milhões, Deputado Arnaldo Jordy, em áreas de reforma agrária. Aqui está o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que, ainda quando Líder do Partido Progressista, no Governo de Fernando Henrique, nós trabalhamos e avançamos muito nessa questão. E nós víamos a necessidade da CPI naquele momento. Fizemos até uma Comissão de Fiscalização e Controle e detectamos inúmeras irregularidades no processo. Este é um ponto importante, e nós temos que trabalhar nisso, assim como na questão quilombola.

O que nós queremos ver é que os próprios negros possam manifestar-se e nós temos posições contrárias deles mesmos em cima dessas questões das quais não querem participar. Há exemplos de Restinga Seca e de tantos outros, lugares de que eles se queixam a forma como foram tratados nessa questão. Por isso, nós trabalhamos esse ponto. E aqui é um dos fóruns em que nós podemos fazer o debate e para onde podemos trazer essa questão. Dos índios, da mesma forma.

Nós mesmos fizemos uma denúncia no meu Estado, Deputado Valdir Colatto, de 33 mil hectares arrendados para branco. Em cada reserva indígena, quatro ou cinco pessoas recebiam o dinheiro. Não é justo isso. É justo que o dinheiro que sai desse arrendamento seja de todos. E, na PEC 215, nós já trabalhamos nessa direção, de que o dinheiro deve ser de todos, e não de quatro ou cinco pessoas. Então, em todo o Brasil nós vimos isso. Vimos lá em Roraima, vimos lá em Rondônia, vimos no Rio Grande do Sul e vejo em outros Estados também. Nesse sentido, o que nós queremos beneficiar é a comunidade indígena, Deputado Nilson Leitão, que presidiu a PEC 215. Nós temos este objetivo, e não prejudicar ninguém.

O que nós vimos foi a forma como a FUNAI encaminhou essa questão. E nós já começamos a mudar, seja na PEC 215. E muitas questões serão levantadas aqui mesmo nesta CPI. Nós vemos dinheiro público sendo desviado e mal aplicado. Assim era no MST, assim nós vimos nas questões quilombolas e assim nós acompanhamos também na questão indígena.

Por isso, vem em boa hora esta CPI. Trabalhamos para conseguir assinaturas, Deputado Alceu Moreira, depois, esperamos na fila para que a nossa vez chegasse — o.k., chegou —, agora nós vamos fazer esse trabalho em prol do



Brasil, não em prol de “a” ou de “b” e nem contra ninguém. Não existe esse objetivo. Nós viemos a esta Comissão para trabalhar.

Por isso, estamos aqui e festejamos a instalação desta CPI no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze.

Com a palavra o Deputado Mandetta, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição e pela maneira clara com que já coloca um regimento, um princípio de como serão os trabalhos desta Comissão e dá um norte, principalmente às questões que dizem respeito ao entendimento de esta CPI deixar um legado sobre as diferenças que existem entre a política indigenista, quilombola e fundiária e as necessidades que o País enfrenta para pacificar essa questão fundiária.

Nós temos um processo histórico extremamente turbulento, desde Pero Vaz de Caminha, passando pelas capitâncias hereditárias, passando pelos Bandeirantes, passando por uma história riquíssima de detalhes, pelo nosso conterrâneo Cândido Mariano da Silva Rondon, pelo SPI — Serviço de Proteção aos Índios, pelos irmãos Villas Boas, pelo Parque Nacional do Xingu, pelas bacias indigenistas do Mato Grosso do Sul, pela fronteira Brasil-Paraguai. É riquíssima essa história, sempre alternando períodos de acertos e desacertos. Houve brasileiros que tentaram, alguns que sonharam, alguns que passaram a vida toda tentando imaginar como seria feito esse ponto de equilíbrio que tiveram alguns acertos e muitos erros.

Nós estamos agora no século XXI, em algumas localidades vivendo no período pré-Estado, o Estado de Natureza, com as pessoas brigando de soco, com flecha, tiro, por um princípio básico, que é o Estado ter que ser o moderador e o provedor dessas necessidades.

Desejo a todos desta Comissão um trabalho extremamente eficaz. Espero que a parte policial, a parte investigativa, esclareça os problemas, mas expresso aqui o desejo de que possamos nos concentrar em que esta Comissão deixe um legado, conforme dito pelo Presidente, de como achar um ponto de equilíbrio entre os não antropizados, os semiantropizados e os totalmente antropizados. É nesse Brasil de tantas diferenças que o Relator deverá debruçar-se, para, dentro dessas diferenças, achar um ponto de equilíbrio.



Um bom trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar V.Exa. pela eleição e pelas palavras iniciais que conduzirão o seu trabalho, assim como todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Festejo o fato de ouvir de V.Exa. que a nossa missão aqui é aperfeiçoar o arcabouço jurídico legislativo, no sentido de fortalecer garantias e direitos dessas populações, que são populações historicamente sacrificadas por várias razões, o que será objeto do nosso debate, tanto indígenas como quilombolas e assentados. Essas são populações que, muitas vezes, até se digladiam entre si por conta da ausência ou da ação do Estado. Quando eu falo do Estado, não estou falando deste ou daquele Governo.

Só para ilustrar o que estou dizendo — o Deputado Josué Bengtson conhece essa situação, porque é do Estado do Pará —, em São Félix do Xingu, que é o quarto maior Município de extensão territorial do meu Estado, nós vivemos até hoje um conflito de demarcação, em que conflagram índios de um lado e posseiros assentados de outro, que vem do período do regime militar e que foi estabelecido para as áreas indígenas pela FUNAI, embora, de outro lado, o INCRA, no Governo Fernando Henrique Cardoso, fez outra demarcação que perpassava por uma área comum. Isso gerou um conflito que sobrevive até hoje, ou seja, o próprio Estado sendo incapaz de definir quais são as situações de direito de dois segmentos absolutamente vítimas desse modelo.

Então, eu fico feliz com a afirmação inicial de V.Exa. Acho que nós temos um bom trabalho. A ideologia que foi aqui citada é inevitável. Nós fazemos um debate ideológico, no sentido *lato sensu* da expressão, ou seja, são ideias que muitas vezes se conflitam. O que eu acho é que nós precisamos primar pela não passionalidade no confronto dessas ideias. Nós precisamos tratá-las de forma civilizada, em favor dos interesses dessas populações que são clientes, são objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de aperfeiçoá-las. E, no meu entendimento — e parece que é o entendimento de V.Exa., por isso eu festejo —, devemos aprimorar direitos que estão consagrados. O marco regulatório disso hoje, que pode ser



alterado, sem dúvida alguma, é a nossa Constituição, a chamada Constituição Cidadã, que consagrou e afirmou uma série de direitos. Nesse sentido, eu fico feliz por achar que V.Exa. poderá conduzir uma boa dinâmica.

Peço apenas o que já foi objeto, e que V.Exa. já registrou que vai enviar aos membros desta CPI o seu Regimento, vamos dizer assim, o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Acordo de procedimentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ...o acordo de procedimentos, para que possamos inclusive, quem sabe na próxima sessão, sugerir algumas colaborações que venham aperfeiçoá-lo, porque acho que todos os Deputados aqui têm sugestões a fazer.

Muito obrigado.

Parabéns!

Vamos a um bom trabalho aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza. Está presente? *(Pausa.)*

Deputado Newton Cardoso Jr, por favor. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR - Sr. Presidente, a quem parabenizo pela eleição na Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde! Boa tarde também aos senhores e senhoras e a todos os presentes!

Sr. Presidente, a instalação desta Comissão é de particular importância para a segurança jurídica que pretendemos oferecer a todos neste País. Além da segurança jurídica, um importante aspecto é o respeito às nações indígenas, é o respeito aos quilombolas, é o respeito a todos que estão ligados à terra. A forma arbitrária pela qual tem se dado a gestão da terra por parte do Governo até hoje, em virtude de alguns poucos, é motivo para nos preocupar, é motivo para desestimular os investimentos, o desenvolvimento e o crescimento do País.

Portanto, temos a missão de esclarecer, a partir desta Comissão, a partir do relatório que vai ser apresentado aqui, o caminho para aproximar todos os interessados, mas, principalmente, para trazer a segurança que todos desejam e da qual todos necessitam para o desenvolvimento do agronegócio, mas também para



garantia da sobrevivência das culturas e de todas as nações, de todas as raças e crenças neste País. Creio que temos a condição de fazer isso com esmero. Estarei à disposição de V.Exa. para cumprir essa missão junto a esta CPI.

Muito obrigado. Parabéns!

Desejo um bom trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Newton Cardoso Jr.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, quero aqui rapidamente parabenizá-lo pela eleição como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio e também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na demarcação de terras indígenas e remanescentes quilombolas.

Desejo boa sorte a V.Exa. e aos demais Parlamentares que fazem parte desta CPI. Que V.Exa. possa conduzir com muita imparcialidade os trabalhos aqui nas reuniões, nas apreciações de requerimentos, de convocação, enfim, que nós possamos realmente alcançar o objetivo desta CPI, trazendo, como falou o nobre Deputado, nobre Parlamentar Newton Cardoso Jr, segurança jurídica à questão de demarcação das terras nos nossos Estados, nos nossos Municípios.

Quero aqui deixar o meu abraço a todos os Parlamentares, àquelas pessoas que vão também nos acompanhar através de assessoramentos de partidos, do Governo, Oposição, enfim, para que nós possamos realizar um bom trabalho aqui nesta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Alberto.

Com a palavra Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Saiu?

Tem a palavra o Deputado João Marcelo Souza.

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - Sr. Presidente Alceu Moreira, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui que nos acompanham, quero parabenizá-lo pelo belo discurso de abertura. Alceu, companheiro do PMDB, tem essa característica de ser contundente, muito claro e muito sincero. Isso é muito importante para uma CPI dessa envergadura.



Eu gostaria de dizer, inclusive complementando o discurso do Alceu, no Maranhão, meu Estado, nós temos cerca de 500 quilombos, terras quilombolas, muitos reconhecidos já pela Fundação Palmares. Das 30 etnias que tínhamos no início do nosso País, hoje não restam mais de dez.

Sr. Presidente, V.Exa. colocou muito bem, ao dizer que, ao final desta CPI, nós teremos que ter ações públicas direcionadas a essas minorias. Eu acho que é essa a nossa maior proposta. Não podemos nos esquecer de que temos que ter esse olhar especial para as minorias: os quilombolas, os indígenas e os assentados. Não temos que perder isso de mente para que as nossas questões ideológicas não entrem em alguma espécie de crise ou passionalidade, o que é muito fácil de acontecer.

Muito obrigado, Alceu. Que nós tenhamos todos um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Marcos Montes.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Rapidamente, nobre Deputado, primeiro quero parabenizá-lo pela Presidência. Eu, Deputado Alceu, nunca participei de CPI. Eu não gosto de participar de CPI. Desde que fui Prefeito em minha cidade, sempre evitei participar de uma CPI. Mas o seu discurso de abertura me tranquilizou por participar desta CPI especificamente quando V. Exa. colocou que esta CPI não terá um palanque político, mas buscará a valorização dos envolvidos no tema da CPI, que são os indígenas, os quilombolas e os assentados.

Em cima disso eu me entusiasmo em poder participar efetivamente para buscar dar a essas comunidades, principalmente à comunidade indígena, em função da situação que estão vivendo, a valorização que eles merecem. Nós vamos desmistificar nesta CPI algumas inverdades, alguns mitos que foram criados nesta Casa: que há Parlamentares contra índios e há Parlamentares a favor de índios. Não é verdade isso. O que existe — e eu conheço vários Parlamentares que são taxados contra os índios— são Parlamentares que querem dar dignidade e política pública a essas comunidades.

Por isso, esta CPI realmente pode ser a partir de um marco. Se há marco regulatório de tudo aqui, quem sabe esta CPI possa ser o marco regulatório do debate, um debate construído em cima de ideias, sim, como disseram os Deputados



que me antecederam, mas para restabelecer essa verdade. Por isso, eu quero parabenizá-lo.

Quero também já, Deputado Alceu Moreira, dizer que, na composição desta CPI — é claro que na próxima reunião estabeleceremos por completo os nomes desta CPI —, eu gostaria de também colocar a nossa ideia, a nossa posição em relação à Relatoria desta CPI, quando nós discutimos o nome do Deputado Nilson Leitão, para podermos incorporá-lo como Relator. Depois, a eleição dos Vice-Presidentes indicados.

Então, eu acho que esta CPI pode ser um marco dentro desta Casa do diálogo, de um debate profundo, cultural, mas, principalmente, da valorização dessas comunidades. E também, quem sabe, o marco na implementação de uma política fundiária de que o Brasil hoje tanto carece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Marcos Montes é o último Deputado inscrito.

Neste momento em que nós vamos encaminhar o encerramento desta reunião, anuncio para todos que a Relatoria da CPI ficará a cargo do Deputado Nilson Leitão, com dois Sub-Relatores: um, específico para a questão da FUNAI, a questão indígena; e o outro ficará a cargo do INCRA, com os assuntos pertinentes ao INCRA. Então, teremos duas Sub-Relatorias.

Vou encerrar os trabalhos desta reunião. Antes, todos estão convocados para terça-feira, às 14 horas, data em que teremos a apreciação do roteiro e dos requerimentos. Os requerimentos já estarão na Secretaria, com a análise desta Presidência e da Relatoria para organização e apreciação.

Eu queria dizer aos Srs. Parlamentares, antes de encerrar, que vou passar a palavra ao Deputado Nilson Leitão. *(Pausa.)* Não precisa.

Obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.